

Sócrates e o *Erro* de Marilena Chauí

Paulo Ghiraldelli Jr.

Não há dúvida da utilidade do livro *Introdução à história da filosofia*, de Marilena Chauí (São Paulo: Cia. das Letras, 1994). Os livros paradidáticos, em nosso país, desempenham um papel fundamental. Em geral, formam a opinião dos que serão, depois, nossos *scholars*. Não raro, em muitos assuntos, essa opinião é aquela que “ficará para sempre” com os nossos professores e pesquisadores, inclusive os de filosofia. Mesmo entre aqueles estudantes que, uma vez maduros, se envolvem diretamente com filosofia, são poucos os que voltam a estudar Sócrates e, portanto, a maioria termina por trabalhar uma vida toda com “aquele Sócrates da graduação”. Por isso, entre nós, levar a sério paradidáticos é, de certo modo, uma tarefa central se quisermos entender a cultura filosófica geral vigente entre os nossos filósofos. É uma tarefa básica para quem está interessado em fazer com que o nível médio dos filósofos de nosso país, em um futuro próximo, possa se adequar aos padrões internacionais.

Não quero que o leitor fique mobilizado pelo meu texto negativamente. Não quero que acredite que minhas divergências vão no sentido de colocar o livro de Marilena Chauí em uma posição secundária. De modo algum. Já de partida, afirmo: o livro é bom e, afinal, quem fez outro similar entre nós? Ninguém! Não temos livros de história da filosofia dedicados à antiguidade com a pretensão de abrangência deste de Chauí. Então, por isso mesmo, temos a obrigação de lê-lo com carinho e utilizá-lo. Mas temos também a obrigação de criticá-lo. Não vou criticá-lo tomando o texto em vários capítulos ou temas. Não tenho espaço aqui para tal. E essa tarefa demandaria eu escrever outro livro, exatamente na medida do meu respeito por tal peça de Chauí. Meu problema aqui é restrito ao Sócrates de Marilena Chauí.

Quem é Sócrates? Essa questão, infelizmente, não é assumida como importante no livro. A tradição de nossos estudos filosóficos parece pesar demais nos ombros da autora. É uma tradição muito restrita quanto à filosofia antiga e, talvez isso, já tenha comprometido o livro em um capítulo importante, o capítulo sobre o “pai da filosofia Ocidental”.

A literatura sobre Sócrates produzida no Brasil é pequena. A maior parte dela está em livros paradidáticos. A visão geral contida nesses livros é a de um Sócrates criado a partir de alguma bibliografia de língua francesa e, às vezes, alemã. Aqui e ali, desponta a literatura italiana, mas apenas como reforço. Muito da bibliografia “continental” sobre Sócrates, que os autores brasileiros usam para escrever seus próprios manuais, está alicerçada em autores do século XIX. Nossas publicações neste campo seguem os manuais que não incorporaram a maior parte do debate sobre o assunto em um século todo – o século XX –, principalmente o ocorrido em língua inglesa a partir dos anos trinta e, especialmente após II Guerra. Três textos de “autores nossos” que são usados pelos estudantes brasileiros mostram bem isso. São os livros de Francis Wolff e Danilo Marcondes, e a introdução da Coleção Os Pensadores, que não tem autor, apenas consultor, que foi o José Américo Mota Pessanha (1936-1993) (*Sócrates*. São Paulo: Brasiliense, 1980; *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997; *Sócrates*. São Paulo: Abril Cultural, 1980). Os três autores são de competência incontestável. No caso de Pessanha, temos ainda de ressaltar que ele foi um autêntico *scholar* da filosofia

clássica antiga (e idealizador da Coleção “Os Pensadores”). Portanto, a questão que me incomoda não é uma “questão menor”, surgida por causa de deslize de um ou outro autor, porventura não preparado para a tarefa que quis desempenhar. Eles não estavam despreparados. Não houve deslize. O Sócrates que eles apresentaram era o Sócrates que tinham, o que aprenderam. Era o que entendiam que estava não só correto, mas finalizado. Todavia, enquanto escreviam seus textos, o Sócrates que aprenderam estava sendo completamente reconstruído pelo debate que, durante o século XX, principalmente nos países de língua inglesa (mas não só), cresceu muito. E o helenismo nesses países se desenvolveu bem mais do que no resto do mundo, ao menos no século XX. De certo modo, parece que esse tipo de problema, isto é, o de ficar restrito a um tipo de literatura datada, atingiu Marilena Chauí. E se atingiu uma filósofa ativa e que trabalhou em uma metrópole como São Paulo, então, é algo que deve ser levado a sério em relação à educação filosófica das novas gerações em um país como o nosso, de dimensões continentais e com carência de centros de formação e informação.

Esses livros de “autores nossos” mostram um Sócrates que fica bem aquém daquele dos dilemas que são notados pela literatura de língua inglesa (e outras, que agora crescem sob o empurrão daquela), mesmo se considerarmos somente a literatura contida em livros correspondentes aos citados, ou seja, a literatura de manual, em especial os de história da filosofia. E que Sócrates é este, o de “autores nossos”?

Em geral, a figura de Sócrates que os autores citados apresentam é a de alguém que pode criar “confusões” em seus interlocutores por meio de sua ironia, que pratica algo como uma “dialética” e, enfim, que tem um método chamado de maiêutica. Tal método faria o interlocutor parir o conhecimento, tirar o conhecimento do interior de si mesmo. Além disso, esse Sócrates também aparece detendo a capacidade de serenidade, de valorizar a alma e não o corpo, de defender a tese de que virtude é conhecimento. Pouca coisa a mais. Em todos eles, Sócrates aparece de um modo bem mais pobre do que a literatura internacional atual mostra. O Sócrates que os “autores nossos” mostram não mereceria mais que um artigo de algum historiador ou filósofo. E, no entanto, Sócrates é o filósofo que, na literatura internacional, mais gerou artigos – e isso sem considerar sua idade na história da filosofia, e admitindo somente o período contemporâneo.

Mas uma coisa é apresentar um Sócrates empobrecido, outra coisa é apresentar um Sócrates que, diante da literatura atual, não mais reconheceríamos como sendo Sócrates. E, neste caso, é na questão do “método de Sócrates” que vale a pena centrar a atenção, na leitura crítica do livro de Marilena Chauí. É no âmbito da discussão sobre o método que Marilena Chauí costura uma explicação que, a essa altura da bibliografia internacional, surge mais como um remendo que é necessário aposentar. É o que exponho abaixo.

Marilena Chauí mostra o “método socrático” como tendo duas partes, sendo uma delas subdividida. Segundo ela há o *protréptico* e o *elenchos*; e neste último cabe a “ironia” e a “maiêutica”. O Sócrates de Marilena Chauí não é mais complexo do que o de Wolff e Marcondes. É um Sócrates simples – demais de simples. No entanto, aqui, no tema do método, há esse exagero classificatório que torna tudo mais complexo e, pior, incapaz de funcionar. Ou seja, um Sócrates descrito de maneira desdramatizada e, no entanto, complexo quanto ao tema do método. Qual a razão de não funcionar? Simples: uma parte da

classificação exclui a outra. E isso não é visível apenas quando pegamos os *scholars* internacionais que, atualmente, comentam a filosofia de Sócrates, para comparar com o mostrado por Chauí. No próprio texto de Marilena Chauí a situação fica contraditória.

Ela diz que o *protréptico* é a “exaltação”, em que “Sócrates convida o interlocutor a filosofar, a buscar a verdade”. Diz, também, que o *elenkhos* é a “indagação”, em que Sócrates faz perguntas e comenta as respostas e volta a perguntar, e “caminha com o interlocutor para encontrar a definição da coisa procurada”. A ironia é usada, então, internamente ao *elenkhos*, para refutar o interlocutor, “para quebrar a solidez aparente dos preconceitos”. A maiêutica, por sua vez, é uma forma de perguntar que “vai sugerindo caminhos ao interlocutor até que este chegue à definição procurada”. Ela acrescenta, ainda, a *epistême*, ou seja, a ciência, como o resultado do método – que nada mais é que a definição do que é procurado e encontrado, ou seja, “a idéia verdadeira” (p. 190).

Bem, antes de tudo, um alerta sobre a palavra *elenkhos*. Trata-se de “refutação” e até mesmo de censura, de admoestação. Sócrates nunca usou essa palavra. Ela é uma palavra grega, sim, mas colocada na literatura sobre Sócrates em meados do século XX. Richard Robinson é aceito por vários *scholars* como o seu introdutor. Foi aceita pelos *scholars*, pois a maioria chegou a um acordo sobre o uso da “refutação” como um modo de conversa em filosofia grega, já desde Parmênides. Todavia, uma parte dos *scholars* não aceita facilmente que Sócrates tenha formulado, de fato, um “método” (ver: Scott, G. A. *Does Socrates have a method?* University Park, Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002). Com Marilena Chauí a palavra *elenkhos* perde a força, pois vira “indagação”, e a refutação cai para a palavra “ironia”, o que é uma interpretação muito esquisita de Sócrates, pois os significados prioritários são substituídos pelos significados secundários em ambas as palavras. Além disso, hoje em dia, a “ironia” socrática está reinterpretada pelos helenistas que aprenderam técnicas de investigação com os filósofos analíticos. Gregory Vlastos (1907-1992), inclusive, mostrou como que foi a partir de Sócrates e com Sócrates que a palavra “ironia” ganhou a conotação que temos hoje dela, a corriqueira utilizada nos dicionários (Vlastos, G. *Socrates: ironist and moral philosopher*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992). E a tal ironia não tem a ver, propriamente, com o método socrático (para quem, como Vlastos, aceita que Sócrates tenha tido um “método”) – ela foi exercida em circunstâncias as mais diversas nos diálogos de Sócrates.

É muito difícil e, talvez impossível mesmo, encontrar algum *scholar* atual que endosse a descrição de Marilena Chauí sobre o “método”. Nos livros de língua inglesa, então, seria uma tarefa árdua imaginar uma explicação desse tipo. Mas não por causa de que os outros *scholars*, simplesmente, possuem perspectivas diferentes da dela. Mas, sim, porque o que ela faz não coaduna com os textos de Platão a que ela própria recorre. E no próprio livro, quando lido com atenção, deixa isso transparecer de modo nítido. Pois ela, para exemplificar o uso do método, pega não só um exemplo, mas dois, e nenhum deles apresenta o tal esquema que ela montou e, pior ainda, nenhum deles chega a qualquer definição ou qualquer verdade final, que ela diz que o método alcança. Ela escolhe o *Laches* e o *Menon* e ... nada! Estes textos platônicos, obviamente, são diálogos que não fornecem nenhuma definição ao final. Então, decepcionada, todavia sem jamais dar o braço a torcer (o que implicaria em apagar o texto e fazer outro capítulo para Sócrates), ela resolve a situação dizendo o seguinte: são “diálogos aporéticos”. Ou seja, ela simplesmente

batiza os diálogos com o nome de “aporético” e, assim, não vê mais nenhuma necessidade de explicar porque Sócrates não utilizou nos diálogos a formalização do método como ela propôs e porque ele não chegou a definição alguma. Não mostra isso, é claro, porque é impossível. Também não mostra como que existiriam outros diálogos, não aporéticos, considerados como socráticos, onde o filósofo ateniense chegaria de fato à “idéia verdadeira”, como ela diz que deveria chegar. O que ocorre é que o Sócrates de Marilena Chauí não é nem o “Sócrates histórico” e nem o “Sócrates de Platão”. Qual seria? O de Xenofonte? O de Aristóteles? Também não! E mesmo que fosse, são os textos de Platão que ela utiliza! E são os textos de Platão que a desmentem. Não os textos que eu teria em mente, para complicar a vida dela, mas os que ela mesma apresentou.

Eu poderia enxergar outros problemas no Sócrates de Marilena Chauí. Por exemplo, munido de Gregory Vlastos, que ela cita (o único autor de língua inglesa, mais contemporâneo, que ela cita, e assim mesmo em um único artigo – em francês, é claro), eu poderia mostrar as diferenças – colocadas por ela no capítulo em questão – entre o chamado “Sócrates histórico” e o “Sócrates de Platão”. Então, ficaria claro que o Sócrates dos primeiros diálogos de Platão, o “Sócrates histórico”, não poderia aparecer no *Menon*. O *Menon* tem sido (para a maioria dos intérpretes) um diálogo do “período intermediário” dos escritos platônicos, em que o possível “Sócrates histórico” estaria sendo substituído pelo Sócrates já completamente platonizado, um Sócrates capaz, inclusive, de discutir matemática e iniciar investigações epistemológicas e metafísicas que, enfim, foram platônicas. Sabemos que o próprio Platão, na “Defesa de Sócrates”, colocou na boca do que seria o “Sócrates histórico” frases bem claras sobre a preocupação socrática apenas com questões morais, nunca com questões de segunda ordem (metafísica e epistemológicas) ou mesmo com questões sobre a natureza, lógica ou ciências.

Parece, então, que Marilena Chauí poderia se safar da minha crítica, aqui, dizendo o seguinte: ninguém sabe dizer ao certo em que parte fala Sócrates e em que parte fala Platão, na medida em que o personagem de Platão, que fala nos diálogos, chama-se Sócrates – e ponto final. Isso seria uma resposta. Porém, uma resposta péssima. De certo modo, ela tenta começar o assunto dizendo isso, que não haveria um “Sócrates verdadeiro”, e sim um “Sócrates provável” (p. 183). Essa sua afirmação quase é correta. Mas não é. Ela mesma a desmente, pois parágrafos adiante ele pega uma citação de Gregory Vlastos para mostrar as diferenças entre o “Sócrates histórico” e o “Sócrates apenas personagem de Platão”. O que Vlastos chama de “Sócrates histórico”, de fato, não é propriamente um “Sócrates autêntico” – claro que não. Mas aqui o leitor tem de ter cuidado: Vlastos concorda que aquilo que ele chama de “Sócrates histórico” é tão criação de Platão quanto o Sócrates que, após os primeiros diálogos, continua a ser personagem de Platão. Todavia, Vlastos, como tantos outros, sabe que o que ele chama de “Sócrates histórico” é tão diferente do segundo Sócrates, o dos diálogos intermediários, e, enfim, tão diferente do que ficou conhecido, (principalmente por meio de Aristóteles e outros) como sendo Platão, que não vale a pena não apostar que o primeiro teria alguma coisa do autêntico Sócrates.

Os *scholars* conseguem distinguir onde começa senão a diferença entre Sócrates e Platão, ao menos a diferença entre um Platão e outro Platão que, enfim, seria um esquizofrênico se fosse uma única pessoa. Ou, dizendo de modo melhor, mais ou menos como Vlastos afirmou: caso exista um único Sócrates em Platão, então ele é esquizofrênico. Por outro lado, caso ainda

Marilena Chauí insistisse nisso, que o que existe mesmo é o insolúvel “problema Sócrates-Platão”, e que de fato ela faz parte da corrente que procura não distinguir quem seria Sócrates e quem seria Platão, então, que ela fizesse como aqueles outros que não escreveram sobre Sócrates, apenas sobre Platão. Para que escrever um capítulo sobre Sócrates se ele não pode ser distinto de Platão? Para que um capítulo, antes do de Platão, onde Sócrates arranca o “teorema de Pitágoras” do escravo jovem, uma situação que lembra tudo aquilo que a maioria dos bons helenistas já considera uma situação autenticamente platônica? Para que colocar Sócrates quase que como um formulador da memorização que, enfim, é uma teoria que todos nós, sem exceção, atribuímos a uma parte ligada umbilicalmente à Teoria das Formas de Platão, e somente a ela? Além disso, caso Sócrates viesse, no *Menon*, a ser Sócrates, ele teria agido como educador. Ora, Sócrates recusa-se a ser educador ou professor no texto “A Defesa de Sócrates”, o único texto que Platão não colocou em forma de diálogo, talvez para dizer o seguinte: ainda que seja o *meu* Sócrates, ele é o que mais se aproxima do que foi Sócrates.

Bem, a essa altura, o leitor pode perguntar: mas como que uma filósofa experiente como Marilena Chauí caiu em tamanho equívoco? Também tentei entender isso, desde a primeira vez que vi a primeira versão do livro, ainda pela Editora Brasiliense. Caso estivessemos nos Estados Unidos, bastaria uma carta crítica e um diálogo com o autor e, então, as coisas caminhariam tranquilamente. Mas estamos no Brasil ... E, em geral, aqui os autores ficam muito ofendidos quando criticados – eles não tomam as críticas como sendo uma forma de interlocução filosófica. Então, para evitar dissabores, procurei achar a resposta por minha própria investigação. Mais recentemente, penso ter conseguido não uma resposta, mas uma pista para uma hipótese.

Parece que Marilena Chauí foi ludibriada (como alguns outros bons autores do passado) por aquilo que o helenista britânico Myles Burnyeat chamou de “o alto poder da imagem” da metáfora da “arte da parteira” (*midwifery*) (Socratic Midwifery, Platonic Inspiration. In: Benson, H. *Essays of Philosophy of Socrates*. New York: Oxford University Press, 1992, p. 53). Richard Robinson, aliás, já havia comentado sobre a força dessa imagem, e Myles Burnyeat lembra isso em seu texto. Ele alude a isso exatamente para lembrar o quanto a maioria dos *scholars* considera essa imagem falsa em relação ao “Sócrates histórico” e, então, trabalha a razão da força de tal metáfora. A questão da força de tal metáfora não é o assunto deste meu texto. E o argumento de Burnyeat para mostrar que a *midwifery* nada tem a ver com o “Sócrates histórico” é fácil de ser compreendido para quem leu entre 148e e 150a do *Teeteto*. Todavia, há uma questão mais interessante que esta, ao menos para o nosso propósito aqui, que é a presença – ainda que fraca e parcial – de Gregory Vlastos no texto de Marilena Chauí. Ora, as características que Vlastos dá ao “Sócrates histórico” não precisariam ser adotadas por Marilena Chauí – como de fato não são – para que ela pudesse perceber que, ao menos algumas coisas daquelas características ela deveria observar melhor para não tomar a *midwifery* como algo próprio do que seria o método de Sócrates. É que as distinções de Vlastos são distinções de características e de obras. Isto é, há uma periodização em Vlastos. As características que ele atribui ao “Sócrates histórico”, e que é o Sócrates que utiliza o *elenkhos*, estão em obras selecionadas dos “primeiros diálogos” de Platão. O *Teeteto*, em que aparece a *midwifery*, não faz parte desse conjunto de obras. Só isso, ou seja, só a periodização já deveria servir para deixar Chauí mais atenta. Portanto, a sensação que o leitor tem é que Marilena Chauí não prestou atenção no texto de Vlastos, apenas achou a distinção feita por ele útil para o estudante e colocou lá. Mas caso tivesse lido

com atenção, veria que o texto de Vlastos poderia abrir seus olhos e todos os seus estudos de Sócrates teriam sido reformulados.

Esse problema com o livro de Chauí não deve ser tomado como um ponto de chegada da minha crítica. Deve ser um ponto de partida. Temos de aprender com os erros, principalmente os erros daqueles que deram passos importantes. Não seria o caso, então, de percebermos que está na hora de ampliarmos nossa área editorial em filosofia antiga, especialmente considerando o que chamei em outro lugar de “o boom socrático”? Não seria o caso de supor que Chauí caiu sob o “alto poder da imagem” da metáfora da “arte da parteira” na medida em que sua tendência de desconsiderar a bibliografia de língua inglesa parece ter sido forte? Caso ela desse real importância para a literatura de língua inglesa, ela leria Vlastos, que citou, com mais atenção e, com a capacidade crítica que possuí, certamente ficaria com um pé atrás em relação ao que foi, até então, sua montagem de Sócrates.

Na verdade, o que é necessário fazer para caminharmos para um bom leito a respeito de Sócrates é insistir com as editoras para a tradução dos livros de Gregory Vlastos (1907-1992). Deveríamos, enfim, acompanhar a literatura atual sobre o assunto. Somente sobre o método, já há toda uma literatura que rediscute a maneira que Vlastos tomou o *elenkhos* que, por sua vez, apareceu com esse nome – *elenchus*, refutação – na literatura socrática de língua inglesa com Richard Robison, em 1953. Em 1971, em uma coletânea de Vlastos e Amelie Rorty, *The philosophy of Socrates* (Notre Dame) os capítulos de Robison sobre o assunto foram reeditados. Em 1983 Vlastos publicou o seu revolucionário “The Socratic elenchus”, que agora nós temos em um livro, o *Socratic studies* (Cambridge, 1994), obra póstuma complementar ao livro *Socrates: ironist and moral philosopher* (Cambridge, 1992), que é o melhor e mais rico livro sobre Sócrates do século XX. Agora, com o “boom socrático”, há uma série de livros sobre vários aspectos da obra de Sócrates, e sobre o “método”, há coletâneas interessantíssimas. Traduzir e publicar esses livros seria um começo – um bom começo.

© 2006 Paulo Ghiraldelli Jr.